

ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA E GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO INSTRUMENTO DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS PARA SISTEMA DE AUTOGESTÃO: O CASO DA COOPERPLÁSTICO BAHIA

Tatiana R. Velloso¹, RONALDA B. SILVA²

¹ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Universidade Federal de Sergipe - vellosotatiana@hotmail.com

² Universidade do Estado da Bahia – ronaldabarreto@uol.com.br

Resumo

A economia solidária supõe que através da organização de trabalhadores em cooperativas, associações, empresas recuperadas, grupos informais e outros, venham a contrapor ao modelo vigente de relações econômicas excludentes. Essas organizações estabelecem os valores de posse coletiva e de gestão democrática dos meios de produção, distribuição, comercialização e crédito, sendo adequadas às necessidades sociais e econômicas destes trabalhadores. Entre esses empreendimentos, estão as empresas recuperadas para sistema de autogestão. Este trabalho apresenta e discute a realização de um estudo de viabilidade econômica que supera a visão tradicional dicotomizada da viabilidade e da gestão, e como um estudo desta natureza pode assumir aspecto de inovação social, condição necessária para a construção de outro paradigma que estabelece a construção da cooperação consciente. Como resultado se tem a recuperação da empresa com a constituição da COOPERPLÁSTICO BAHIA, em 2007, no município de Simões Filho – BA, com 28 trabalhadores do setor da indústria de reciclagem plástica e, que, apesar de inúmeros desafios, demonstra a possibilidade dessa ação a partir da interação com outras experiências em curso em âmbito nacional.

Palavras-chave:: Cooperativismo Industrial; Participação; Autogestão.

1. Introdução

Desde os anos 80, o Brasil vem atravessando uma forte crise econômica que tem deixado conseqüências na estrutura econômica e na sociedade. Entre os maiores e graves problemas derivados dessa situação está a drástica redução dos níveis de emprego e a precarização do trabalho. Nesse período percebe-se o desenvolvimento de organizações de trabalhadores em cooperativas, associações, empresas recuperadas e outras formas como alternativas de geração de trabalho e renda. Essas organizações pretendem não só a inclusão no mercado de trabalho de forma organizada, mas também a inclusão social, o resgate da auto-estima e a construção da cidadania, com o exercício da cooperação e da participação.

Essas organizações se destacaram a partir da década de 90, como parte do movimento da Economia Solidária. Segundo Singer e Kruppa (2004), a economia solidária é o conjunto de atividades econômicas organizadas sob a gestão participativa, não havendo distinção entre capital e trabalho. É parte do princípio comunitário que significa o desenvolvimento de todos os membros, unidos por ajuda mútua e pela posse coletiva dos meios de produção e de distribuição. Surge como um modo de vida alternativa ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados no mercado de trabalho.

A proposta da economia solidária não surge da formulação teórica de intelectuais da universidade, mas da experiência prática dos trabalhadores que ao longo da história, em diversos países, vêm procurando alternativas frente à desigualdade e à marginalização

produzidas pela competição e relações de subordinação características do capitalismo (SINGER, 2000a). Segundo Arruda (2006), entre os objetivos das atividades produtivas da economia solidária está a melhoria da qualidade de trabalho, o estabelecimento de sistemas solidários de saúde e proteção social, com maiores facilidades para o crédito, a produção e a comercialização de matérias-primas, dos bens e serviços, inclusive para o setor da economia não formal.

No Brasil, o movimento da economia solidária vem ganhando força nos últimos anos, impulsionado principalmente pela implantação de políticas públicas no âmbito nacional, com destaque para a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, no Ministério do Trabalho e Emprego, em 2003, e a estruturação do Fórum Nacional e de Fóruns Estaduais de economia solidária. Essas instâncias possibilitaram alternativas de articulação das várias experiências de geração de renda nos municípios brasileiros, elaboração de agendas comuns, promoção de intercâmbio e sistematização de conhecimentos. Como resultado de todo esse esforço para o fortalecimento do segmento, a SENAES, em parceria com o Fórum Nacional de Economia Solidária, realizou o mapeamento dos empreendimentos da economia solidária no país. Dados preliminares do mapeamento apontam para existência de 21.859 empreendimentos no Brasil: destes, 43,5% estão localizados no Nordeste e mais de 1650 no estado da Bahia, voltados principalmente para os setores da agropecuária, do artesanato e da produção de alimentos.

Entre os empreendimentos mapeados no Brasil estão as empresas recuperadas para o sistema da autogestão. São empresas que entraram em falência e os trabalhadores recuperaram em sistema de autogestão para garantia dos seus direitos trabalhistas perante a massa falida e de postos de trabalhos com possibilidade de distribuição dos resultados gerados. A perspectiva da autogestão, segundo a SENAES (2004), se expressa como possibilidade concreta dos trabalhadores constituírem uma sociedade igualitária e socialista, no sentido de apropriação daquilo que o capital lhes expropriou ao longo da história. Representa um método e uma perspectiva de transformação social. Entende-se, conforme Singer (2000b), que autogerir não é uma tentativa de democratizar a economia capitalista, mas pressupõe a participação de todos os envolvidos no empreendimento, recuperando e resignificando do processo de trabalho, em uma concepção coletiva, cooperada e solidária.

O mais importante é que o desenvolvimento da capacidade administrativa requer a participação de todos os membros da organização. Segundo Singer (2000a), a descrença na capacidade administrativa dos trabalhadores é ameaça aos empreendimentos da economia solidária. Nesta as decisões são coletivas e transparentes, de forma que o conhecimento fragmentado dos trabalhadores possa ser mobilizado de forma integrada para as tomadas de decisão, diferentemente do modo capitalista em que a administração é um exercício de liderança a partir da dominação do capital sobre o trabalho. Portanto, o conhecimento é um processo construído, em que tanto a gestão como a administração do empreendimento se difere do modelo da empresa capitalista cujo processo decisório fica restrito a um grupo, enquanto na economia solidária é compartilhado por todos os envolvidos.

Portanto, no processo de recuperação da empresa e transformação para o sistema de autogestão é necessário o engajamento efetivo dos trabalhadores. Esse engajamento está na participação direta na organização do empreendimento e o estudo de viabilidade econômica, que tem como princípio a gestão democrática e participativa, é fundamental para a sua organização e planejamento. Na dinâmica das atividades não há espaço para a dicotomia entre gestão e produção, pois a viabilidade do negócio é inerente às condições de gestão. Isso porque o trabalho se constitui em um princípio educativo na perspectiva *gramsciana*, em que o trabalhador tem o controle do processo e do produto, participa da produção e da direção, portanto, em uma perspectiva que não tem como objetivo a alienação para a sujeição de

homens e mulheres aos ditames do capital. São fundamentais o conhecimento laboral dos trabalhadores e as características sociais e profissionais de cada membro do grupo, ainda que existam dificuldades no entendimento escrito sobre o estudo de viabilidade, resultado não apenas da baixa escolaridade dos trabalhadores, mas, sobretudo, pelo modelo de gestão que foi imposto pelo mercado, com a separação entre o capital e o trabalho e com a segmentação da produção pelo modelo *taylorista/fordista*.

A partir dessa concepção foi realizado o estudo de viabilidade econômica e gestão democrática durante o período de ocupação pelos trabalhadores - na luta pela garantia de seus direitos e por uma saída para a sobrevivência - na empresa de setor plástico industrial, em processo de falência, no município de Simões Filho – BA. O processo de recuperação em questão deu origem à Cooperativa de Reciclagem Plástica da Bahia - COOPERPLÁSTICO BAHIA, iniciado em 31 de julho de 2007, quando os trabalhadores da empresa NORBI paralisaram as suas atividades¹. Esse grupo, formado por 28 trabalhadores, discutiu a manutenção dos postos de trabalho em uma perspectiva de autonomia e de participação nos resultados por meio da constituição de um empreendimento econômico solidário.

2. A experiência de constituição da COOPERPLÁSTICO BAHIA

A estruturação da COOPERPLÁSTICO BAHIA representa um marco no estado da Bahia, tanto por se constituir na primeira empresa recuperada para o sistema de autogestão, quanto por representar a possibilidade concreta de organização da cadeia produtiva de resíduos plásticos para a reciclagem, com agregação de valor à matéria-prima e a articulação com os agentes ambientais (catadores) da Região Metropolitana de Salvador, fortalecendo a comercialização das suas cooperativas, sobretudo, pela eliminação do atravessador, socialização do *know how* de triagem do plástico e garantia de comprador/fornecedor respectivamente.

Em 22 de setembro do mesmo ano, foi constituída a COOPERPLÁSTICO BAHIA. Foi uma recuperação considerada rápida para a média das empresas recuperadas, visto que o estudo de viabilidade econômica apontou um aumento na retirada dos trabalhadores em relação aos salários da antiga empresa em 20%. Isso porque o amadurecimento de entidades como a UNISOL Brasil, que, juntamente com o Sindicato dos Químicos e Petroleiros e a Central Única dos Trabalhadores – CUT presentes desde o início da ocupação facilitaram a orientação aos trabalhadores, realizada de maneira democrática, transparente e emancipadora, tendo em vista a nova oportunidade de trabalho e renda.

Durante a ocupação da empresa ocorreram simultaneamente dois movimentos: a negociação para garantir os direitos trabalhistas - para isso a presença do sindicato foi fundamental, com envolvimento da experiência de luta e de assessoria específica na história do movimento sindical da base da CUT - e a possibilidade de recuperação da empresa para o sistema de autogestão, independente do primeiro movimento, caracterizado por atividades formativas na área da economia solidária.

Uma das atividades realizadas foi o estudo de viabilidade econômica e gestão democrática, a partir de princípios metodológicos desenvolvidos pela CAPINA – Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa².

¹ As atividades foram paralisadas por falta de pagamento dos salários mensais, do 13º salário, das férias e das horas-extras, além de ter corte de água e energia elétrica por inadimplência de pagamento e o galpão estar penhorado por um banco.

² “A CAPINA é uma Associação civil sem finalidade lucrativa fundada em 1988. Tem como missão contribuir para a afirmação cidadã do trabalho e para o desenvolvimento social da economia dos setores populares, ancorado em critérios éticos de eficácia econômica, eficiência administrativa, cooperação e justiça. O campo de atuação da CAPINA envolve

Essas atividades propiciaram um contato regular entre os trabalhadores, como indica o relato de um deles, afirmando que, em vinte anos de empresa, ali era a primeira vez que eles se reuniam para conversar sobre os conhecimentos de cada um. Entre as incertezas e as angústias, o processo dialógico foi importante como instrumento de construção da cidadania e de *revelação*, aos/dos próprios trabalhadores, dos seus saberes relacionados ao processo e à cadeia produtiva inerente. Saberes necessários para a autogestão e a desmistificação de que apenas o saber técnico, de um patrão, poderia gerir uma indústria.

Na realização desse estudo, a facilitação foi assumida pela técnica da UNISOL BRASIL³, e foi necessária a busca de informações sobre a atividade para contribuir nessa facilitação, bem como de outras experiências da base da UNISOL, já que no estado da Bahia não se tinha referência de experiências dessa natureza. A tarefa, durante a ocupação, foi de problematizar com os trabalhadores os conteúdos vividos por eles, abrindo caminhos para a compreensão da realidade, com a perspectiva de vislumbrar e construir saídas coletivas. Freire (2002) afirma que o que importa é a problematização do mundo do trabalho, dos produtos, das idéias, da cultura e da história.

Freire (2000) refere-se à noção de aprender a partir do conhecimento do sujeito, a noção de ensinar a partir de palavras e temas geradores, a educação como ato de conhecimento e de transformação social e a politicidade da educação. Uma provável prática entre aquelas “práticas que se constituem em mecanismos de democratização na qual se refletem os valores de solidariedade e de reciprocidade e novas formas alternativas de produção e de consumo (GADOTTI, 2006). Trata-se de uma prática progressista em que ensinar é criar as possibilidades para a produção ou construção do conhecimento (FREIRE, 1996) de forma a enriquecer o caráter formador da experiência educativa, fortalecendo o aspecto fundamentalmente humano do exercício educativo em que a formação envolve o saber técnico e científico aliada à *leitura de mundo*.

Tal politicidade do ato educativo é um princípio da UNISOL BRASIL, uma entidade de representação nacional das cooperativas e empreendimentos solidários no Brasil que tem um amplo conhecimento sobre recuperação de empresas para sistema de autogestão, presente principalmente nas regiões sudeste e sul do país. De iniciativas isoladas há dez anos atrás, esse novo cooperativismo já representa hoje uma soma significativa de empreendimentos, em especial de empresas recuperadas.

Nas oficinas realizadas foram exibidos filmes de experiências de autogestão e de economia solidária, gerando a discussão de como vivenciaram a gestão da empresa no modo capitalista e como poderia ser no modo da autogestão⁴. Nesse debate, ocorreram vários depoimentos, entre eles que a administração da NORBI “ficou muito por conta dos trabalhadores, mas sem participação nos resultados e sem possibilidade de interferir nos rumos da empresa, pois há dois anos já vínhamos observando a sua decadência por conta da forma de gerenciamento”.

No tema do gerenciamento foram abordadas e trabalhadas as diferenças em um sistema de autogestão. Percebeu-se que, mesmo os trabalhadores reconhecendo os conhecimentos sobre o gerenciamento da empresa, havia um sentimento de que *apenas* com a existência de um administrador, de um patrão, poderia a empresa ser recuperada. Isso pode ser explicado por

atividades de administração e gestão da produção, de comercialização e de educação para o trabalho que se inserem no âmbito da economia dos setores populares, incluindo as iniciativas da economia solidária” (http://www.capina.org.br/port/interna/index.asp?cod_menu=11).

³ A técnica da UNISOL que realizou o estudo de viabilidade econômica e gestão democrática é uma das autoras deste trabalho.

⁴ Depoimento de um trabalhador durante os debates na Oficina de Estudo de Viabilidade de Empreendimentos Associativos e Gestão Democrática, realizada durante a ocupação da NORBI, no dia 20 de agosto de 2007.

Feenberg (apud DAGNINO et al, 2004, p.43) que aborda a relação entre tecnologia e sociedade onde o poder tecnocrático domina as decisões de natureza técnica, em que

a origem do poder tecnocrático estaria na substituição das técnicas e da divisão de trabalho tradicionais engendradas durante a emergência do capitalismo – poder que funda um novo tipo de organização (a empresa) e cria, dentro desse capitalismo nascente, um novo lugar da divisão de trabalho: o lugar do empresário-capitalista e, depois, o do gerente e o do engenheiro. O resultado cumulativo da introdução de métodos e técnicas que reforçam o controle do capitalista sobre o processo de trabalho é a tendência à desqualificação crescente do trabalho e do trabalhador direto e a mecanização, a qual vem a consolidar o poder dos capitalistas nas novas forças de organização social que criaram.

O que prevalece nos discursos neoliberais é que a gestão, principalmente de empresas especializadas e industriais precisa ser realizada por técnicos especialistas, mesmo com o reconhecimento que o desafio da gestão aparece em outros campos, como, por exemplo, na administração pública (AGUIAR, 2007). Segundo Aguiar (2007, p.111),

os arranjos neoliberais se ancoram numa concepção de gestão que denominamos administrativa-empresarial, manejando técnicas e procedimentos prescritivos, capturando e desqualificando saberes acumulados na atividade prática cotidiana das populações em favor de maior produtividade e lucro. Nas disputas pela instauração de um pensamento único, a homogeneização ou standardização dos processos, de trabalho e de conhecimento, se valem de novas formas de vigilância e de fiscalização, de instrumento de avaliação e de controle sobre os riscos. A defesa da eficiência atribui um tom de neutralidade a tais procedimentos, tornando-os necessários.

A partir do conhecimento dos trabalhadores sobre a cadeia produtiva e o processo produtivo é que foram sistematizados os dados econômicos. É importante considerar que durante o exercício, segundo Aguiar (2007), o que desafia e mobiliza o grupo não é parte econômica. O fascínio esteve no sentimento de pertencimento que o estudo de viabilidade propiciou pelo conhecimento *tácito* adquirido em anos ou décadas de atividades na indústria plástica. O entendimento do grupo sobre o estudo de viabilidade foi explicitado com uma frase de um dos trabalhadores “Nós conhecíamos as peças do quebra-cabeça, mas nunca tínhamos juntado as peças. Hoje fizemos isso, e vimos que temos o conhecimento e temos também força de vontade para fazer diferente e dar certo⁵”.

Os princípios metodológicos do estudo de viabilidade econômica e gestão democrática buscaram superar a visão tecnicista de especialistas que trabalham com a imposição de saberes, não tem o caráter consultivo, mas propositivo e participativo que traz efetividade para as soluções técnicas. Thiollent (2005, p. 177) aborda que na engenharia industrial, desde o *taylorismo*, “existe uma tradição de conhecimento técnico e científico concebido de modo socialmente autoritário no relacionamento entre aqueles que concebem (engenheiros e gerentes) e aqueles que executam (operários ou empregados)”.

Afirma o autor que “as decisões não resultam apenas de um cálculo racional (razão custo/benefício, maximização, otimização, etc), mas levam em conta as capacidades cognitivas dos atores, suas visões de mundo, estilos de atuação, formas de interação, etc.”. É o que o autor considera como evolução da dicotomia entre quantitativo e qualitativo. A oposição entre os aspectos quantitativos e qualitativos não são apenas oposição entre números e palavras, mas na concepção que esses aspectos trazem consigo. Nos aspectos quantitativos existe a concepção positivista, enquanto nos qualitativos a subjetividade tem *readquirido* sua importância.

⁵ Depoimento de um trabalhador durante os debates na Oficina de Estudo de Viabilidade de Empreendimentos Associativos e Gestão Democrática, realizada durante a ocupação da NORBI, no dia 22 de agosto de 2007.

A CAPINA (2004) afirma que todo processo produtivo implica na existência de determinadas relações técnicas e que essas técnicas não são neutras como parece ser a matemática. De fato, usa-se da mesma matemática, tanto numa empresa privada como num empreendimento solidário, mas que, entretanto, os critérios de utilização da própria matemática diferenciam-se entre empreendimentos solidários e empresas privadas: os primeiros têm, por trás das técnicas, as pessoas que as operam e, à sua frente, as pessoas que se servirá de seus resultados. Isso porque diferentemente da empresa privada, que busca uma maximização indiscriminada do lucro de seus donos e acionistas, os empreendimentos solidários baseiam-se na lógica da sobrevivência solidária e na busca do pleno desenvolvimento humano dos seus trabalhadores. A viabilidade econômica de empreendimentos solidários entrelaça as condições técnicas e as diversas relações sociais que envolvem a iniciativa (CAPINA, 2004).

No estudo realizado pela COOPERPLÁSTICO BAHIA buscou-se a eficiência econômica através de processos democráticos, garantindo a participação de todos os envolvidos nos debates e decisões, com conhecimento de causa. É o que a CAPINA (2004) denomina da necessidade de uma cooperação consciente para o fortalecimento das relações de autonomia e não para a reprodução das relações de dependência no interior do grupo. E, para isso, houve a necessidade de se construir a identidade do grupo e a relação de confiança entre o grupo e as entidades parceiras, através de um processo dialógico e de realização constante de reuniões e plenárias para se discutir de forma transparente todas as ações.

Partiu-se do entendimento de que o fortalecimento das relações de confiança é resultado de um processo lento e histórico de construção de compromissos e de relações de proximidade e cooperação e que a formação de um empreendimento solidário é portador de um relevante conteúdo emancipador na medida em que estendem o princípio de cidadania à gestão do trabalho. Essa construção não se dá por imposição e necessita de tempo, porque um dos desafios foi superar as desconfianças entre os trabalhadores, que não tinham até então nenhum laço de proximidade.

Aguiar (2007) afirma que o maior ilusionismo é a crença de que um bom método possa promover o estudo de viabilidade econômica, considerando que as pessoas chegam *vazias* e que se limita a executar o planejado. No caso em análise, o que se precisa colocar como questão são o trabalho e as condições que acontece e partir do conhecimento adquiridos pelos trabalhadores. Esse é o ponto de partida. Entretanto, sair desse ponto de partida é contrapor o modelo existente das relações tradicionais de trabalho, com a figura do *patrão* e da segmentação capital e trabalho. Por isso, Aguiar (2007, p. 113) enfatiza que “não se trata de aplicação de um bom método, já que o próprio processo de trabalho e de conhecimento, não se dá sem deslocamentos e incertezas”.

A tarefa educativa assumida com a COOPERPLÁSTICO BAHIA foi de socialização de conhecimentos, saberes e poderes. O que deve importar é a qualidade das relações que se estabelecem a partir das regras de convivência construídas pelo grupo com a deflagração de proximidade pela identidade de luta daquele momento, mas que precisavam aprofundar para a construção de uma organização coletiva. É importante considerar que esse universo desconhecido para esse conjunto de trabalhadores traz incertezas, porque muitos deles experimentaram apenas a relação de hierarquia entre empregado e patrão, e o universo de associado trazia insegurança. Ficou evidenciado, portanto, que estava em jogo a mudança de paradigma.

Outro desafio que apareceu durante o processo de recuperação da empresa foi referente à sobrevivência dos trabalhadores durante o período de ocupação, pois não havia recursos financeiros, não havia água e energia na empresa e, mesmo assim, a ocupação foi realizada durante 24 horas por dia. Houve várias tentativas, por parte do patrão, de retirar os

equipamentos e a presença de *agiotas* na busca de garantia de seus pagamentos. Esse momento também foi de grande aprendizagem porque provocou propostas de realocação de alguns empregados e a necessidade de um administrador para a possibilidade de sucesso do processo de recuperação da empresa. Esse momento evidenciou que a luta não era apenas material, para a garantia dos direitos, mas de combate à concepção cultural de que os trabalhadores não têm *competência* para administrar um negócio dessa magnitude, ou seja, a descrença na capacidade administrativa dos trabalhadores, conforme citamos Singer (2000b).

Havia necessidades básicas para serem supridas, fornecimento de energia elétrica, água e cesta básica para as famílias dos trabalhadores e uma organização coletiva para manter a ocupação, bem como de condições de realização das oficinas⁶. Nessa ação houve cuidados para que a satisfação das necessidades não fosse concebida como práticas assistencialistas. Freire (2002) ressalta que a concepção assistencialista deixa os trabalhadores acrílicos e ingênuos perante o mundo, constituindo-se como um instrumento de dominação.

Com essa ação de ocupação, hoje com parte das máquinas sob a posse dos trabalhadores, após negociação com a Delegacia Regional do Trabalho – DRT, a COOPERPLÁSTICO BAHIA iniciou o seu funcionamento em um galpão alugado, mas ainda apresenta dificuldades para a sua produção plena. Essas dificuldades começaram a ser sanadas com elaboração de projeto técnico e de tratamento dos resíduos (dejetos) da produção para apoio por parte da Secretaria do Estado de Indústria e Comércio através da SUDIC – Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial na aquisição de um galpão. Esse apoio está integrado a uma rede solidária de empreendimentos de catadores de resíduos sólidos da Região Metropolitana de Salvador - o *Complexo Cooperativo de Reciclagem da Bahia*, mas ainda não efetivado e com funcionamento ainda precário.

3. Considerações finais

A experiência com uma tecnologia social desenvolvida a partir do estudo de viabilidade econômica e gestão democrática como instrumento de recuperação de uma empresa para um sistema de autogestão foi uma inovação social a partir do entendimento de Dagnino e Gomes (apud DAGNINO et al, 2004, p.35) que, ao conceituarem inovação social, referenciam-se ao conhecimento intangível ou incorporado a pessoas, equipamentos, codificado ou tácito, que objetiva a efetividade dos processos, serviços e produtos relacionados às necessidades sociais. Essa inovação superou as técnicas e as metodologias na lógica do mercado, calcada no individualismo e na competição, que submetem as sociedades à acumulação de capital causando o aumento do desemprego, das desigualdades sociais, da exploração e da degradação ambiental. É o que Bava (2004), abordando o conceito da Rede de Tecnologias Sociais define como “técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas na interação com a população, que representam soluções para a inclusão social”.

O processo de recuperação de uma empresa enfrenta muitos desafios, dentre eles, a desatualização dos equipamentos, a ausência de preparo para um sistema de autogestão, a recuperação da imagem da empresa diante de clientes e fornecedores, a reorganização do processo produtivo, o capital de giro e a ausência de políticas públicas locais para experiência dessa natureza. A COOPERPLÁSTICO vem enfrentando esses desafios e obtendo bons resultados de união graças à garra dos seus trabalhadores e as articulações feitas com entidades de apoio. Atualmente os trabalhadores recebem mensalmente um valor abaixo ao que recebiam na antiga empresa, ressaltando que eles estão ainda trabalhando somente com

⁶ Ocorreram apoios do Sindicato dos Químicos e Petroleiros, da Coordenadoria Ecumênica de Serviços - CESE e da Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra - CEDITER.

um conjunto de máquinas e em um galpão improvisado, mas que está adequado para o tratamento de resíduos do processo produtivo. A projeção é que no galpão definitivo e com a perspectiva de aquisição de mais um conjunto de equipamentos⁷, a produção chegue às condições planejadas, com a integração de uma cadeia de empreendimentos de agentes ambientais da Região Metropolitana de Salvador, conforme citado⁸.

Na realização do estudo de viabilidade econômica e gestão democrática, na experiência de constituição da COOPERPLÁSTICO BAHIA, percebeu-se que a cooperação consciente foi o elemento central para a recuperação da empresa. A trajetória de formação de empreendimentos solidários calcado na democracia, na participação e na transparência das decisões estimula a cooperação e cria ambiente institucional mais favorável para maior capacidade de inovação social, principalmente na sua gênese.

Entretanto, essa forma exige a produção de novos conhecimentos, distintos da economia capitalista. Nesse sentido, o grande desafio da economia solidária é formular e implantar alternativas de desenvolvimento e de geração de trabalho e renda, constituindo a organização dos trabalhadores em empreendimentos solidários, através da gestão democrática e solidária do trabalho e da produção, da educação permanente e do respeito à diversidade. Para isso é importante salientar o papel da educação na construção de princípios emancipatórios como a cooperação, a solidariedade, a democracia participativa, a criação cultural, a justiça e a paz, mas que também depende das condições objetivas principalmente de políticas públicas que possibilitem o seu desenvolvimento.

4. Referências Bibliográficas

AGUIAR, K. Economia dos setores populares: modo de gestão e estratégias de formação. In: *Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação*. KRAYCHETE, G. AGUIAR, K. (orgs). São Leopoldo: OIKOS, 2007. p. 106-121.

ARRUDA, M. *Tornar o real possível a forma do ser humano integral, economia solidária e o futuro do trabalho*. Petrópolis: Vozes, 2006.

BAVA, S. C. Tecnologia social e desenvolvimento local. In: *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento* / Fundação Banco do Brasil – Rio de Janeiro, 2004. p. 103-116.

BEZERRA, A. Economia popular e economia dos setores populares: preocupações e indagações. In: *Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação*. KRAYCHETE, G. AGUIAR, K. (orgs). São Leopoldo: OIKOS, 2007. p. 19-31.

CAPINA. Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa (org.). *Puxando o fio da meada: viabilidade econômica de empreendimentos associativos solidários e populares*. São Paulo: ADS/CUT, 2004. 54p.

DAGNINO, R. BRANDÃO, F. C. NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento* / Fundação Banco do Brasil – Rio de Janeiro, 2004. p.15-64.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 93p.

_____. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

GADOTTI, Moacir. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/ext/educacao/desafio.htm>, acessado em 15-05-2009.

⁷ Está em fase de execução a compra de mais um conjunto de equipamentos com recursos da FINEP, através de edital de tecnologias sociais para os Governos Estaduais, com coordenação administrativa da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI e a Universidade do Estado da Bahia e a construção do galpão pela SUDIC.

⁸ O Complexo Cooperativo de Reciclagem da Bahia é composto pela COOPERPLÁSTICO BAHIA e mais seis empreendimentos de catadores da Região Metropolitana de Salvador.

SENAES. Secretaria Nacional de Economia Solidária. *A autogestão e o “novo cooperativismo”*. Brasília: MTE/SENAES, 2004. (Texto para discussão). Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_autogestaooperativismo.pdf>. Acesso em: 12 out 2008.

SINGER P. KRUPPA S.M.P. SENAES e a economia solidária – democracia e participação ampliando as exigências de novas tecnologias sociais. In: *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento / Fundação Banco do Brasil – Rio de Janeiro, 2004. p. 89-103.*

SINGER, Paul. *Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (orgs). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. p. 11-28. (a)*

SINGER. P. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. São Paulo: CONTEXTO, 2000. (b).*

THIOLLENT, M. Perspectivas de metodologia de pesquisa participativa e de pesquisa-ação na elaboração de projetos sociais e solidários. In: *Tecnologia e desenvolvimento social e solidário. LIANZA, S. ADDOR, F. (orgs). Porto Alegre: UFRGS, 2005. p. 172-189.*